

Povos indígenas e ilhéus do Pacífico falam sobre a ameaça representada pela mudança climática



Em nossa edição de maio, relatamos a visita de um grupo de povos indígenas da Amazônia ao 16º Fórum Permanente para Questões Indígenas. Na segunda metade desse fórum, a UNANIMA teve o privilégio de copatrocinar outros dois eventos, com destaque para perspectivas sobre desenvolvimento, os desafios enfrentados e as soluções oferecidas.

O primeiro evento teve como título "Deslocamentos induzidos pelo clima: realidades, direitos e respostas", e apresentou um painel de palestrantes, incluindo um representante do Programa Ambiental da ONU, um representante do governo de Tuvalu, um especialista em meio ambiente e direitos humanos do Comitê de Serviço Universalista Unitarista e povos indígenas da América do Norte e do Brasil. O painel foi moderado pela assistente executiva da UNANIMA, Teresa Blumenstein, como parte de sua função de liderança no subcomitê Deslocamentos Induzidos pelo Clima do Comitê de ONGs sobre Migração. O grupo discutiu até que ponto as pessoas estão sendo forçadas a abandonar suas casas por causa de mudanças e degradações ambientais, e como essas circunstâncias afetam seus direitos humanos. Eles levantaram os problemas de tempestades e enchentes cada vez mais intensas, o aumento do nível do mar, as secas e o aquecimento dos oceanos como aspectos da mudança climática que diretamente acarretam a destruição dos ambientes terrestres e marinhos dos quais as pessoas dependem em termos de alimentos, abrigo e renda. Como resultado dessa destruição, populações indígenas são forçadas a evacuar suas terras originais em busca das necessidades básicas da vida. Além dessas perdas em termos de direitos humanos, os povos indígenas forçados a deixar suas terras são despojados de soberania, cultura e identidade, as quais estão vinculadas à terra e ao mar onde vivem. Para os povos indígenas, assim como para todos aqueles obrigados a se deslocar entre fronteiras, a migração frequentemente traz negações adicionais dos direitos humanos caso as pessoas se encontrem num Estado que não lhes concede acesso ao mercado de trabalho, aos sistemas educacionais ou de saúde.

O grupo também argumentou que, considerando a escala atual da migração induzida pelo clima (24 milhões de pessoas desde 2008) e os aumentos projetados nas populações afetadas, a

conservação ambiental deve ser considerada uma das principais prioridades nas discussões e medidas de segurança internacionais e nacionais. Se não conseguirmos adotar medidas para por fim à aguda exploração de nossos recursos naturais, certamente veremos a extinção das culturas indígenas, a morte das sociedades agrárias e pesqueiras, a migração forçada para centros urbanos super populados, o aumento do radicalismo, a violência e o conflito de gerações induzidos pela mudança climática. A mensagem que ficou para os participantes é a de que um futuro alternativo é possível e que as pessoas mais apropriadas para nos conduzir até esse futuro são os povos indígenas do mundo, que o imaginaram primeiro e já estão percorrendo o caminho até ele.

Um vídeo quase completo do evento está disponível aqui. <http://bit.ly/2sNApQM>

(na foto acima, a partir da esquerda: Sunema Pie Simati, Missão Permanente de Tuvalu para a ONU; Salote Soqo, Comitê do Serviço Universalista Unitarista; Prairie Rose Seminole, Ministério dos Índios Americanos Nativos do Alaska, Igreja Evangélica Luterana na América; Teresa Blumenstein, UNANIMA International; Juan Elias Chebly, Programa Ambiental da ONU; Adelson Kora Kanamary, Povo Kanamary da Amazônia)

UNANIMA copatrocina mostra de lideranças da sustentabilidade de filipinas e filipinos originários



O segundo evento copatrocinado pela UNANIMA no Fórum Permanente para Questões Indígenas focou no tema da agência de povos indígenas e como suas práticas e parcerias estão contribuindo para o desenvolvimento em suas regiões. O debate foi moderado pela assistente de pesquisa da UI Célia Martin, NDS (na foto, a quarta a partir da esquerda), e contou com a participação de três indígenas das Filipinas. A debatedora filipina Venerva Amil falou sobre a sua experiência como aluna de um programa educacional realizado pelas Irmãs da Apresentação em sua ilha natal. O programa aumentou os índices de presença e alfabetização entre meninas em uma comunidade na qual a maioria delas já está casada aos 14 anos. Como graduada do programa, Venerva continua a explorar e definir seu lugar na sociedade ensinando e empoderando outras jovens a resistirem contra a opressão de gênero.

Edwina Quialquial, coparticipante do debate, descreveu uma série de iniciativas de bem-estar oferecidas em sua comunidade, incluindo uma pré-escola montessoriana, aulas para adultos sobre organização da casa e o cuidado dos filhos, clínica de saúde para encorajar o

gerenciamento dos surtos de tuberculose que infectam a comunidade, e um conselho jovem que contribui para o processo do Conselho Tribal oficial. Eles também estão desenvolvendo um currículo escolar que permita a transmissão da sabedoria, idioma e cultura locais à geração atualmente em crescimento.

Um terceiro debatedor, Pablito Gonzales, descreveu seu trabalho como defensor da preservação da biodiversidade em sua ilha natal de Negros. As pessoas de Negros enfrentam muitos desafios em seu ambiente natural, incluindo atividades de mineração, desmatamento e agricultura de monocultura contínua. A monocultura contínua é a prática de plantar uma mesma e única cultura na mesma terra, ano após ano, sem descanso ou rotação. Nas Filipinas, grandes corporações utilizam esta prática nas plantações de cana de açúcar, as quais são estabelecidas a partir da apropriação de terras indígenas sob a promessa de que povos indígenas locais serão empregados para trabalhar nas plantações. A prática exaure o solo rapidamente ao mesmo tempo em que provoca a "extinção" de conhecimentos, sistemas, práticas e espiritualidade indígenas relacionadas à terra. Gonzales trabalha para interromper esta tendência de devastação ambiental e cultural promovendo programas e campanhas de conscientização nas comunidades indígenas de Negros. Seu grupo criou uma petição para por um fim ao desmatamento, abriu uma escola para a outorga de conhecimentos ambientais tradicionais para os jovens, e engajou corporações invasoras no diálogo sobre os direitos indígenas que estão sendo infringidos por suas operações.



Coletivamente, esses exemplos de ação indígena demonstraram o poder de agências indígenas na manutenção da sustentabilidade na implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Vídeos do evento estão disponíveis aqui: Venerva: <http://bit.ly/2sDFDfS>, Edwina: <http://bit.ly/2sYgSxQ>, Pablito: <http://bit.ly/2rU7rPZ>.

Um encontro com a Revisão Periódica Universal

Por Jean Quinn, DW, UNANIMA International



Recentemente, tive a oportunidade de ir à Genebra para conhecer e entender o processo para a Revisão Periódica Universal (RPU) da Polônia, Argélia, Brasil, Índia e Filipinas. Foi uma excelente experiência de aprendizado sobre um dos principais processos do Conselho de Direitos Humanos da ONU e o valor da participação de organizações não governamentais (ONGs).

A RPU foi estabelecida em 2006, sob a apreciação do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a fim de solucionar as lacunas na infraestrutura de direitos humanos da ONU e de complementar o trabalho dos sistemas de órgãos dos tratados e de procedimentos especiais. Durante o primeiro ciclo da RPU, de 2008 a 2011, os direitos humanos de cada estado membro da ONU foram inspecionados por um comitê de seus pares. No início do segundo ciclo de revisões, a RPU já estava sendo aclamada por seu sucesso devido ao fato de que, pela primeira vez, todos os estados membros da ONU haviam voluntariamente submetido seus registros de direitos humanos ao escrutínio internacional. A partir daí, a RPU se firmou como um mecanismo crucial para os direitos humanos. Contudo, a pergunta permanecia para muitos: a RPU também seria eficaz na mudança da situação dos direitos humanos em campo?

Houve inúmeros estudos produzidos ao longo dos anos, incluindo "Além de promessas: o impacto da RPU em campo", em 2014 e "O efeito borboleta: difundindo a boa prática da implementação da RPU", em 2016. Esses estudos conclusivos apresentaram evidências demonstrando que a RPU provou-se uma plataforma eficaz para discussão a nível internacional, com um impacto positivo nos direitos humanos a nível nacional. Até o presente, a RPU alcançou um índice de 100% de participação, com o engajamento de cada um dos estados membros da ONU. A natureza da revisão feita por pares da RPU continua a encorajar o diálogo global sobre direitos humanos, e garantiu que todos os países, independentemente da influência geográfica, econômica ou política, sejam responsáveis nacional e internacionalmente pela adesão aos padrões universais de direitos humanos. Neste momento, estamos no terceiro ciclo da RPU (2017). Cada estado membro passou por duas revisões de seus direitos humanos, em Genebra, na Suíça. Aproximadamente, 55.000 recomendações foram feitas e cerca de 72% foram apoiadas.

O papel crucial das ONGs na RPU é expressamente reconhecido pelos estados membros da ONU no documento que fundou este mecanismo para a promoção internacional dos direitos humanos.

Desde a introdução da RPU, em 2007, ONGs e

defensores dos direitos humanos têm se engajado constantemente no processo a fim de produzir mudanças positivas para os direitos humanos no mundo inteiro. O papel dos participantes não governamentais demonstrou-se vital para o êxito da RPU. Sem a voz crítica da sociedade civil nesse processo, destacada por grupos como a UNANIMA International, a RPU correria o risco de se tornar um mero falatório. Através do engajamento de todos os estados e de grupos não governamentais, a RPU está constantemente apta a conseguir impactos reais em campo.

Para mais explicações sobre o sistema da RPU e de como organizações como a UNANIMA podem (e devem) participar, consulte [my full report \(disponível em inglês\)](#):

<http://bit.ly/2sTkS1V>.



UNANIMA participa das duas primeiras consultas temáticas e preparatórias para o Pacto Global sobre Migração



Em setembro de 2016, através da Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, os estados membros da ONU se comprometeram a lançar um processo intergovernamental de negociações conduzindo à adoção de um Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular.

Posteriormente, eles adotaram um processo preparatório para o pacto que inclui uma série de "sessões temáticas" nas quais estados membros da ONU e sociedade civil terão a oportunidade de apresentar suas perspectivas e esperanças para aspectos específicos do pacto.

Jean Quinn, DW, participou da primeira sessão temática, realizada em Genebra, Suíça, no início de maio sobre o tema "Direitos humanos de todos os migrantes, inclusão social, coesão e todas as formas de discriminação, incluindo racismo, xenofobia e intolerância". Nessa sessão, Louise Arbour, representante especial do secretário geral da ONU para Migração Internacional e secretária geral da conferência, enfatizou a necessidade de mudar a percepção relativa à migração, de um fenômeno "atualmente temido por muitos" para um que reflita seu impacto predominantemente positivo na sociedade.

A sessão prosseguiu com vários painéis de discussão. Ao término da sessão, ficou claro que muitos governos e membros da sociedade civil concordam que a mobilidade humana não é um fenômeno novo e que muitos de nós nos beneficiamos de nossas próprias jornadas de migração e das de nossos ancestrais, mas que as políticas atuais são insuficientes para reconhecer o fato de que a migração deve aumentar em um mundo globalizado. Políticas com o objetivo de deter e criminalizar a migração em vez de oferecer canais seguros e regulares servem apenas para empurrar os migrantes a tentar viagens perigosas, nas quais se arriscam à exploração e violência. Os que conseguem chegar aos seus países de destino ficam sujeitos à economia informal que lhes oferece poucos ou nenhum direito, baixos salários, vida precária e medo que os impede de erguer suas vozes ou de acessar os serviços públicos básicos.

Também foi observado que mesmo sem o pacto, os direitos de migrantes e suas famílias já estão consagrados nas mesmas convenções da ONU que devem ser aplicadas a todas as pessoas em todos os momentos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O pacto procurará oferecer orientações práticas para a criação de canais ampliados e regulares para migração, incluindo imigração familiar, acesso a documentos de identidade, e caminhos para a cidadania daqueles com status irregular que já se encontram no país. Programas de migração de mão de obra também devem permitir a portabilidade do visto, sem vincular vistos de trabalho a um único empregador, e os direitos de mulheres e meninas migrantes devem ser centrais a todas as políticas. Finalmente, foi sugerido que "firewalls" entre órgãos de imigração e

os demais órgãos governamentais permitiriam aos migrantes acesso aos seus direitos econômicos, sociais e culturais (por exemplo, educação, acomodação e serviços de saúde) assim como aos direitos políticos (por exemplo, acesso à justiça e proteção do sistema judiciário) sem medo de que, ao acessá-los, sejam detidos ou deportados pelas autoridades de imigração.

A segunda sessão temática preparatória para o Pacto Global sobre Migração aconteceu no final de maio na sede da ONU em Nova York, e tratou do tópico dos "impulsionadores" da migração forçada, incluindo pobreza, conflitos violentos e crises



industriais, e mudança climática e desastres naturais. Boa parte da discussão sobre esse tema centrou-se no princípio de que a migração deveria ser uma escolha, não uma necessidade. Embora tenha faltado um diálogo genuíno entre os estados membros, a segunda sessão temática permitiu que alguns temas comuns e de consenso geral emergissem em algumas áreas. Em geral, os estados membros concordaram que o pacto deve alinhar e trabalhar com os planos existentes para solucionar crises de pobreza e humanitárias, especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eles também reconheceram que os fatores que levam qualquer indivíduo à decisão de migrar são quase sempre múltiplos e relacionados entre si, de tal modo que todas as políticas direcionadas aos impulsionadores devem adotar uma abordagem holística para resolvê-los. Muitos estados também citaram a necessidade de esquemas de migração laboral "circulares" ou "sazonais" entre países que permitam contribuições econômicas de migrantes para o benefício tanto dos países de origem quanto dos de destino, aliviando a pobreza de trabalhadores na agricultura cujas terras tenham se tornado não cultiváveis devido à degradação ambiental. Um grande número de estados referiu-se ao Acordo Climático de Paris e ao Marco de Sendai, um conjunto de orientações para reduzir o risco nacional de perdas e prejuízos decorrentes de desastres naturais, como essenciais ao esforço de solucionar a migração ambientalmente motivada.

Suas representantes da UNANIMA têm o prazer de relatar que, apesar de reivindicações anteriores de alguns estados de que seria impossível identificar pessoas deslocadas por questões climáticas (ao contrário de pessoas deslocadas por conflitos ou por questões econômicas), um grande número de estados também observou a necessidade de ampliar a coleta de dados relativos à motivação da realocação dos migrantes a fim de melhor priorizar e abordar os fatores que provocam o deslocamento involuntário de muitos. A UNANIMA submeteu uma declaração aos facilitadores do desenvolvimento do pacto que pede a coleta de dados, especialmente para destacar a necessidade de proteção especial para os migrantes forçados que não se qualificam para o status de refugiado, como é o caso de dezenas de milhões deslocados anualmente por mudanças climáticas e desastres naturais.

Houve alguma discordância sobre se o pacto deve apontar o conflito como um impulsionador da migração, pois muitas das pessoas deslocadas por conflito são consideradas refugiadas cujas necessidades estão tratadas na Convenção da ONU de 1951 sobre Refugiados e no Pacto Global sobre Refugiados, prestes a ser firmado. Alguns estados levantaram a questão, contudo, de que muitas pessoas deslocadas por conflito não se qualificam para o status de refugiado, mas continuam vulneráveis e, portanto, precisam de um meio de proteção separado no âmbito do Pacto Global para Migração.

Embora a sociedade civil não tenha tido muita oportunidade de contribuir para a sessão, isso nos ofereceu alguma clareza sobre as várias perspectivas dos estados membros e constitui um esforço significativo por parte do sistema das Nações Unidas para investir sua energia não só na cura de problemas internacionais, mas em sua prevenção. Também previu que o Pacto Global para Migração pode, definitivamente, unir a governança da migração para a erradicação da pobreza e os esforços de desenvolvimento sustentável de forma ainda não alcançada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Vídeos e mais informações sobre todas as sessões temáticas estão disponíveis online em vários idiomas na página da ONU para o processo de preparação do Pacto Global: [inglês: http://bit.ly/2tw8Sl1](http://bit.ly/2tw8Sl1), [espanhol: http://bit.ly/2sto8xj](http://bit.ly/2sto8xj), [francês: http://bit.ly/2cL7DFg](http://bit.ly/2cL7DFg). (fonte da foto: Jean Quinn e Cecilie Kern, Comitê de ONGs sobre Migração)

Flash de Notícias

- Em um momento em que os serviços de saúde podem ser cortados para milhões de americanos, Irmã Joan Klemballa, **DW, da Província dos EUA**, está trabalhando como enfermeira e, em seu tempo livre, trabalha em uma clínica para pessoas sem documentos que necessitam de cuidados de saúde. A clínica onde ela atende também é conhecida como Rotacares, sob o patrocínio do Rotary Club, localizado na seção de Uniondale de Long Island, em Nova York. Irmã Joan atua como profissional de saúde há vários anos e traz seu vasto conhecimento e habilidades profissionais para atender às necessidades de uma população que não tem como recorrer aos cuidados de saúde. Ela inicia com uma entrevista e, com a ajuda de uma equipe devotada, avalia o nível de necessidade de cada um de seus clientes. Irmã Joan vai duas vezes por semana, escutando com respeito cada caso individual conforme a situação é apresentada. Apesar da necessidade de um tradutor de vez em quando, Irmã Joan tem salvado vidas e renovado a esperança e o propósito de viver incontáveis vezes entre seus pacientes mais pobres. O trabalho que ela realiza é incomensurável.



- As **Irmãs Carmelitas da Caridade de Viedna** recentemente foram destacadas no Global Sisters Report por seu trabalho com crianças traficadas e abandonadas no Gabão e no Togo. As CCVs trabalham diariamente em centros para a proteção infantil que visam resgatar ex-



das ruas e oferecer-lhes abrigo, encorajamento e espaço para identificar e cultivar seus dons únicos. Elas fazem isto engajando-os em jogos e abraços, facilitando a sua frequência escolar, e oferecendo-lhes acesso a assistentes sociais e psicólogos. Quando possível, intermediam a reconexão com as famílias. Leia o [artigo completo do GSR](#) para maiores detalhes e fotografias: <http://bit.ly/2sDNLgs>.

- Durante março e abril, o Peru sofreu chuvas torrenciais e enchentes que destruíram mais de 800 cidades e vilarejos. As chuvas foram resultado do fenômeno El Niño, disparado pelo aquecimento do Oceano Pacífico. Em meio à devastação, o sistema de saúde Bon Secours, administrado pela Congregação de Bon Secours, agiu entregando mais de 1.360 quilos de medicamentos ao país e levando-os a áreas remotas, desesperadamente necessitadas de tratamento para doenças transmitidas por água contaminada. Desde o momento em que as inundações começaram, as irmãs estiveram tratando cerca de 200 pessoas por dia em seu hospital improvisado com 32 leitos e clínicas móveis de saúde. Agora, após o desastre, as irmãs continuam nas comunidades afetadas, oferecendo apoio psicológico e emocional à medida que reconstróem suas vidas. (fonte da foto: [Global Sisters Report](#))

